



RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Avaliação de Impacte Ambiental n.º 3912

Projeto Concessão C-14 “Gavião”

agosto de 2026

Título: Relatório de Consulta Pública
AIA 3912
Projeto Concessão C-14 "Gavião"

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental
Divisão de Cidadania Ambiental
Cristina Sobrinho

Data: agosto de 2026

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA	3
3. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO/ DOCUMENTOS PUBLICITADOS	3
4. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	4
5. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS	4

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual, procedeu-se à Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto Concessão C-14 "Gavião".

O proponente do Projeto é ALMINA - Minas do Alentejo, S.A.

2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública deste Projeto decorreu durante 30 dias de 21 de julho a 31 de agosto de 2026.

3. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO/ DOCUMENTOS PUBLICITADOS

A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios:
 - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.
 - Câmara Municipal de Aljustrel.
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social.

Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no Portal PARTICIPA.PT.

- Envio de comunicação às ONGA constantes no RNOE.
- Envio de comunicação a entidades.

Encontrando-se, também, disponível para consulta em www.apambiente.pt e em WWW.PARTICIPA.PT.

4. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de Consulta Pública foram rececionadas 67 participações. No entanto, verificou-se que apenas 58 se reportavam ao projeto em avaliação.

- **Administração Central**
 - DGT – Direção-Geral do Território
- **Associações**
 - ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável
 - SOS Animal - Grupo de Socorro Animal de Portugal
- **Cidadãos**
 - 55 cidadãos

5. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Da análise das exposições apresentadas resulta uma preocupação convergente quanto à necessidade de aprofundar e reforçar a avaliação ambiental do projeto, de forma a assegurar uma caracterização rigorosa dos valores ecológicos existentes e uma adequada prevenção dos impactes potenciais.

As entidades intervenientes salientam a importância de complementar a informação disponível com estudos ecológicos mais abrangentes e representativos, contemplando ciclos biológicos completos, espécies de elevado valor de conservação e a funcionalidade dos ecossistemas afetados.

É igualmente enfatizada a necessidade de avaliar de forma integrada os riscos associados à gestão de rejeitados, aos recursos hídricos, à estabilidade das infraestruturas e aos efeitos cumulativos decorrentes da exploração mineira e de outras pressões existentes no território. Paralelamente, é requerida a correção de inconsistências documentais e a demonstração inequívoca da viabilidade ambiental das soluções propostas ao longo de todo o ciclo de vida do projeto, incluindo a fase de encerramento e pós-encerramento.

Em síntese, as exposições apontam para a necessidade de obtenção de informação técnica adicional e de um reforço da fundamentação ambiental, como condição essencial para uma avaliação mais robusta e para uma adequada salvaguarda dos valores naturais, dos recursos ambientais e da sustentabilidade do território.

NÃO SE OPÕE AO PROJETO

Direção-Geral do Território:

Após análise, a DGT conclui que o Projeto da Concessão C-14 "Gavião" não interfere com qualquer vértice da Rede Geodésica Nacional nem com marcas da Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão, não constituindo impedimento às atividades geodésicas da Direção-Geral do Território.

Salienta ainda que a cartografia utilizada deve ser homologada ou oficial, em conformidade com a legislação em vigor, devendo ser obtidas as respetivas autorizações quando sujeita a direitos de propriedade. Os limites administrativos deverão ser representados com base na versão mais recente da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP).

SUGESTÕES

Dois cidadãos apresentaram sugestões:

É importante que Portugal avance em projetos que gerem maior valor acrescentado para a economia nacional. Não podemos continuar a depender excessivamente de setores assentes em salários baixos, como acontece frequentemente no turismo. Se queremos criar condições para que os jovens permaneçam em Portugal, é fundamental apostar em investimentos que promovam emprego qualificado e remunerações mais competitivas.

Assim consideram que deve ser assegurada, tanto quanto possível, a utilização de eletricidade proveniente de fontes renováveis. A própria exploração mineira poderá investir em centrais solares e eólicas, bem como em sistemas de armazenamento de energia através de baterias. Deverá ainda privilegiar-se a utilização de equipamentos elétricos, reduzindo o consumo de combustíveis fósseis. A instalação destas infraestruturas nas imediações da mina contribuirá para minimizar a necessidade de linhas de transporte de energia e reduzir a dependência da rede elétrica nacional.

Foi igualmente sugerida a reposição do serviço ferroviário no ramal de Aljustrel, de modo a servir as minas existentes na região. Complementando o transporte rodoviário, a ferrovia pode e deve constituir uma alternativa mais ecológica, eficiente e sustentável para o escoamento de materiais e apoio à atividade mineira.

DISCORDÂNCIA

Associações

ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável

A ZERO emite parecer desfavorável ao EIA no estado em que foi submetido, não por sustentar que toda a mineração de cobre é incompatível com a transição energética, mas porque a decisão sobre um projeto desta dimensão exige uma demonstração completa, coerente e auditável dos seus impactos durante todo o ciclo de vida. Essa demonstração não existe quanto ao destino dos rejeitados para além de 2031, ao inventário de emissões de gases com efeito de estufa, às alternativas razoáveis, à capacidade cumulativa dos sistemas partilhados com a C-9, à compatibilização das diferentes quantificações da afetação de povoamentos protegidos e à estratégia de transporte dos concentrados.

As deficiências climáticas não são marginais. Os valores declarados são incompatíveis entre si e, em alguns casos, fisicamente impossíveis, impedindo uma conclusão fundamentada sobre a magnitude das emissões. A demonstração relativa à BE-BAC contabiliza corretamente uma fração importante de rejeitados destinada ao enchimento subterrâneo, mas termina em 2031 e deixa por demonstrar o destino autorizado da fração remanescente durante o restante horizonte do projeto. A declaração de que “não foram estudadas alternativas” não satisfaz uma avaliação em fase de projeto de execução quando o próprio documento revela escolhas técnicas entre métodos de lavra e quando permanecem por comparar alternativas razoáveis de transporte, eletrificação, gestão de rejeitados, implantação superficial e faseamento. Em consequência, a informação apresentada não permite à autoridade formular a conclusão fundamentada, completa e atualizada que o RJAIA exige.

A solução juridicamente adequada consiste na correção e reformulação substancial do EIA, mediante pedido de elementos adicionais ao abrigo do artigo 14.º do RJAIA. Se as omissões e contradições relativas ao conteúdo mínimo obrigatório não forem integralmente supridas, deverá ser declarada a desconformidade do EIA e encerrado o procedimento. Se a fase de conformidade já tiver sido ultrapassada sem essa correção, a informação disponível não sustenta uma DIA favorável ou favorável condicionada, porque condições futuras não podem substituir a avaliação prévia dos impactos significativos que constitui o objeto do procedimento.

A principal argumentação apresentada por esta Associação tem por base os seguintes aspetos:

Alternativas do projeto - O EIA não cumpriu adequadamente a obrigação de analisar alternativas razoáveis ao projeto. Embora tenha havido comparação de métodos de lavra e de algumas localizações de infraestruturas, não foram avaliadas alternativas relevantes do ponto de vista ambiental, como o transporte ferroviário dos concentrados, a eletrificação dos equipamentos, diferentes soluções para gestão de rejeitados ou variantes de implantação que reduzissem os impactos em áreas sensíveis. Assim, entende-se que a análise de alternativas apresentada é insuficiente face às exigências legais.

Rejeitados, pastefill e capacidade da BE-BAC - O enchimento das galerias mineiras com pasta produzida a partir de rejeitados é considerado uma medida positiva, por reduzir a deposição superficial e contribuir para a estabilidade da mina. Contudo, o estudo demonstra a suficiência da instalação de rejeitados apenas até 2031, sem assegurar a gestão dos resíduos ao longo de toda a vida útil do projeto. Também não são apresentados destinos externos devidamente quantificados e comprovados para os rejeitados excedentários, o que impede concluir que existe capacidade garantida para a sua gestão futura.

Água, drenagem ácida e resiliência climática - Embora exista um contrato de fornecimento de água e um sistema de recirculação que evita descargas diretas para o meio hídrico, o documento considera que falta uma avaliação integrada dos consumos e disponibilidades hídricas nas concessões associadas. Destaca ainda o risco de drenagem ácida de mina devido à presença de minerais sulfuretados, defendendo que devem ser apresentados modelos hidrogeológicos e hidrogeoquímicos mais robustos para demonstrar que não ocorrerá degradação das massas de água, especialmente em cenários de alterações climáticas e seca prolongada.

Clima, energia e transporte - O capítulo climático é considerado tecnicamente inconsistente devido a erros de cálculo, incompatibilidades entre consumos energéticos, emissões estimadas e potência instalada. Os valores apresentados para eletricidade e emissões de gases com efeito de estufa são considerados irrealistas e não reproduzíveis. O estudo também não avalia adequadamente alternativas de transporte com menor pegada carbónica, como a ferrovia eletrificada, nem apresenta um plano concreto para a eletrificação progressiva da frota mineira. Por essas razões, conclui-se que o inventário de emissões deve ser integralmente revisto.

Biodiversidade, sobreiros e azinheiras - O projeto implica a afetação de áreas de floresta autóctone, linhas de água e o corte ou arranque de centenas de sobreiros e azinheiras protegidos. A Zero identifica contradições nos valores apresentados para as áreas afetadas e para as medidas compensatórias propostas. Defende, por isso, a necessidade de cartografia rigorosa, inventário detalhado das árvores afetadas e definição clara das compensações ecológicas, de modo a garantir o cumprimento da legislação aplicável.

Solos, REN, RAN e domínio hídrico - O EIA apresenta inconsistências relativamente à afetação de áreas da Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Reserva Agrícola Nacional (RAN). Apesar de afirmar nalguns pontos que não existem impactes diretos significativos, o próprio estudo indica uma ocupação relevante destas áreas. A Associação considera que tais ocupações não são necessariamente ilegais, mas exigem justificação detalhada, pareceres e autorizações específicas. Recomenda ainda que a Declaração de Impacte Ambiental identifique expressamente todas as ocupações e respetivos enquadramentos legais.

Ruído, qualidade do ar, saúde e população - A exploração subterrânea reduz alguns impactes quando comparada com uma mina a céu aberto, mas não elimina problemas associados a poeiras, emissões atmosféricas, vibrações, explosões e aumento do tráfego pesado. A Zero defende a implementação de monitorização rigorosa e a avaliação dos efeitos cumulativos com outras explorações existentes. Relativamente aos benefícios económicos, considera que a criação de emprego é positiva, mas que devem ser apresentados indicadores concretos sobre a qualidade, duração e distribuição desses postos de trabalho, bem como medidas de transição para o encerramento da mina.

Encerramento, pós-encerramento e garantia financeira - O plano de encerramento apresentado é considerado ainda insuficientemente desenvolvido para permitir uma avaliação completa dos impactos futuros. Persistem incertezas sobre o comportamento da mina após o fim da exploração, incluindo questões relacionadas com inundação, drenagem ácida, estabilidade das estruturas e recuperação ambiental. A Zero defende a existência de garantias financeiras adequadas, calculadas de forma conservadora e atualizadas periodicamente, assegurando que o Estado não assume encargos futuros em caso de incumprimento ou insolvência do operador.

Coerência com uma Estratégia Industrial Verde – A Zero considera o cobre como uma matéria-prima essencial para a transição energética e para a economia de baixo carbono, sendo previsível um aumento significativo da procura mundial nas próximas décadas. Contudo, salienta que a exploração mineira só é justificável se for acompanhada por elevadas exigências ambientais, reciclagem, eficiência na utilização dos recursos e desenvolvimento de cadeias de valor que gerem maior valor acrescentado. Apesar de o cobre ser considerado estratégico pela União Europeia, a simples extração e exportação do minério não é suficiente para justificar o interesse público do projeto. Portugal deveria avaliar formas de integrar mais etapas da cadeia de valor, como processamento, reciclagem e criação de emprego qualificado, em vez de se limitar à exportação de concentrados por transporte rodoviário.

Análise jurídica: desconformidades efetivamente identificadas - O documento identifica três principais desconformidades no EIA. A primeira relaciona-se com o capítulo climático, que apresenta erros e inconsistências que impedem uma avaliação credível das emissões e dos impactos climáticos. A segunda refere-se à falta de análise adequada de alternativas, uma vez que não foram comparadas soluções relevantes como o transporte ferroviário, a eletrificação dos equipamentos ou diferentes opções de gestão de rejeitados. A terceira prende-se com a insuficiente demonstração da capacidade de gestão de resíduos ao longo de toda a vida útil do projeto, não existindo um balanço completo para o período de exploração previsto. O texto conclui que estas falhas podem justificar um pedido de elementos adicionais ou mesmo uma decisão de desconformidade, embora esclareça que não existe prova de ilegalidades atualmente consumadas relativamente à REN, RAN, domínio hídrico, quercíneas ou Diretiva-Quadro da Água.

A Zero considera serem necessárias várias alterações para que uma nova apreciação do projeto seja considerada adequada.

Deve assim ser apresentado um balanço anual integrado, auditável e tecnicamente consistente dos fluxos de minério, concentrados, rejeitados, *pastefill*, BE-BAC, ITRI, águas e respetivos destinos externos, abrangendo toda a vida útil das componentes C-9 e C-14, incluindo as fases de exploração, encerramento e pós-encerramento, bem como as incertezas e contingências associadas. Qualquer proposta de valorização externa de materiais deverá ser devidamente fundamentada, identificando as quantidades envolvidas, a sua caracterização, o enquadramento legal da operação, as instalações de destino, a qualidade do produto, a existência de procura credível e as soluções alternativas caso o escoamento previsto não se concretize. Até que essa demonstração seja efetuada, esses materiais não deverão ser descontados à capacidade necessária da BE-BAC.

O inventário climático deverá ser integralmente revisto e recalculado, discriminando as emissões por fonte, ano e fase do projeto, utilizando unidades consistentes, dados de atividade rastreáveis, fatores de emissão atualizados e fronteiras metodológicas claramente definidas.

A análise das alternativas logísticas deverá assegurar a comparabilidade entre os diferentes modos de transporte, recorrendo à mesma unidade funcional e incluindo o transporte por camião a gásóleo, camião elétrico e ferrovia eletrificada, bem como os retornos em vazio e os acessos aos terminais. A solução selecionada deverá traduzir-se em compromissos concretos de execução, acompanhados por indicadores de monitorização verificáveis, em vez de simples intenções genéricas.

Deverá ainda ser desenvolvido um modelo hídrico e hidrogeoquímico cumulativo, devidamente calibrado e testado em cenários de seca e de precipitação extrema, capaz de demonstrar a não deterioração das massas de água e a eficácia das medidas de contenção durante as fases de exploração, encerramento e pós-encerramento. Paralelamente, a cartografia relativa às quercíneas, à Reserva Ecológica Nacional (REN), à Reserva Agrícola Nacional (RAN) e ao domínio hídrico deverá ser harmonizada e unificada, eliminando as divergências existentes e permitindo às entidades competentes avaliar um projeto clara e inequivocamente definido. Por fim, o plano de encerramento deverá ser atualizado através da definição de critérios de desempenho mensuráveis e da apresentação de uma estimativa independente dos custos associados, suportando a constituição de uma garantia financeira adequada e suficiente para assegurar o cumprimento de todas as obrigações ambientais e operacionais futuras.

SOS Animal - Grupo de Socorro Animal de Portugal

A SOS Animal reconhece o interesse socioeconómico referido no EIA e a vantagem de reutilizar infraestruturas existentes. Esses benefícios não eliminam, porém, a obrigação de demonstrar previamente que o projeto não agrava massas de água já degradadas, não compromete valores naturais protegidos e dispõe de medidas verificáveis para os impactos cumulativos com a exploração C-9 e outras pressões territoriais.

A discordância incide sobre o projeto tal como atualmente instruído e fundamenta-se, sobretudo, na insuficiência da caracterização ecológica, na ausência de monitorização de biodiversidade, na perda permanente de habitat e quercíneas, no risco hidrogeoquímico inerente a materiais sulfuretados, na pressão adicional sobre a BE-BAC e na falta de demonstração robusta do risco cumulativo.

Razões determinantes:

- Amostragem ecológica insuficiente. A flora e a fauna foram caracterizadas em apenas dois dias de campo — 6 de junho de 2023 e 19 de setembro de 2025 —, não cobrindo adequadamente a variabilidade sazonal, a fenologia reprodutiva e migratória nem a variabilidade interanual.
- Ausência de prospeção de quirópteros. O próprio EIA declara que a avaliação dos morcegos foi exclusivamente baseada em informação secundária, apesar da abertura de poços, chaminés, iluminação, ruído e tráfego poderem afetar atividade, deslocações e mortalidade.

- Impactes significativos sem monitorização ecológica. O estudo reconhece impactes cumulativos significativos para espécies de aves ameaçadas, mas conclui que não se justifica qualquer programa de monitorização da flora, vegetação, habitats ou fauna.
- Perda permanente de habitat e arvoredo protegido. A implantação remove 27,18 ha de biótopos, incluindo 2,405 ha de floresta autóctone, 0,418 ha de linha de água e 16,866 ha de pastagens e pousios, e afeta 388 sobreiros e azinheiras.
- Contexto hídrico desfavorável e risco de drenagem ácida. A massa de água subterrânea do Maciço Antigo é classificada no RNT com estado químico global Mau; as massas superficiais são inferiores a Bom; e o próprio EIA admite materiais com pirite capazes de gerar drenagem ácida e mobilizar metais.
- Dependência crítica de infraestruturas da C-9. A água mineira, águas potencialmente contaminadas e rejeitados são encaminhados para BELI/BE-BAC, cuja capacidade disponível projetada desce de 31,2% em 2026 para 8,0% em 2031.
- Inconsistências e incertezas documentais. O EIA refere três anos para a fase de construção, mas calcula consumos com dois anos; usa valores de 3,19 ha e 4,61 ha para a afetação de povoamentos de quercíneas; e contrapõe o estado químico global Mau do Maciço Antigo a uma referência posterior a “bom estado qualitativo das águas subterrâneas locais”.

Especificando estes aspetos a SOS Animal evidencia os seguintes aspetos:

No que se refere à biodiversidade embora a área não esteja incluída na Rede Natura 2000, localiza-se a cerca de 2 km da ZPE de Castro Verde. Apesar da ausência de sobreposição direta, existem potenciais ligações ecológicas, uma vez que aves de grande mobilidade utilizam áreas exteriores à ZPE para alimentação, refúgio e deslocação. O EIA reconhece ainda a presença de habitats com interesse ecológico e zonas críticas para aves de rapina, aves aquáticas e grou.

A caracterização da flora e fauna baseou-se em apenas duas campanhas de campo realizadas em datas isoladas, o que não permite representar adequadamente os ciclos anuais das espécies. Esta limitação pode ter impedido a deteção de espécies reprodutoras, migradoras ou de ocorrência irregular. No caso dos morcegos, a avaliação baseou-se apenas em informação bibliográfica, sem levantamentos de campo específicos.

Foram identificadas 105 espécies de vertebrados, entre as quais várias espécies ameaçadas ou com potencial ocorrência na área. Destacam-se espécies vulneráveis confirmadas, como o picanço-real, e espécies criticamente ameaçadas com habitat favorável, como o sisão, o rolieiro e a águia-imperial-ibérica. A existência de coelho-ibérico e lebre-ibérica reforça o valor ecológico da área como zona de alimentação para predadores.

O projeto implica a transformação de cerca de 27 ha de habitats naturais e seminaturais, incluindo pastagens, floresta autóctone, linhas de água e olivais. Prevê-se igualmente a afetação de 388 quercíneas protegidas, sobretudo azinheiras. Embora esteja prevista compensação florestal, esta não substitui, a curto e médio prazo, as funções ecológicas prestadas pelos povoamentos existentes.

O EIA reconhece impactes significativos e permanentes sobre espécies ameaçadas e habitats, incluindo perda de habitat, perturbação e mortalidade. Contudo, não propõe programas específicos de monitorização ecológica, argumentando que a atividade mineira já existente é responsável pela alteração atual da fauna. Esta justificação é insuficiente para avaliar os efeitos cumulativos adicionais do novo projeto.

Evidencia a Associação que a existência de uma pressão ambiental prévia não elimina a necessidade de monitorizar os efeitos acrescidos do projeto. Pelo contrário, exige uma avaliação robusta baseada em metodologias como o BACI (Antes-Depois/Controlo-Impacte), que permitam distinguir os novos impactes dos já existentes.

No que se refere aos Recursos Hídricos, as massas de água da região apresentam já problemas de qualidade, com águas subterrâneas classificadas em estado químico "Mau" e águas superficiais abaixo do estado "Bom". Nestas condições, qualquer aumento de pressão ambiental exige demonstração clara de que não ocorrerá deterioração adicional da qualidade ou quantidade dos recursos hídricos.

A mina situa-se na Faixa Piritosa Ibérica, onde os resíduos contendo sulfuretos podem gerar drenagem ácida e libertação de metais. Apesar das medidas de gestão propostas, é necessária uma demonstração mais robusta da eficácia dos controlos geoquímicos e da sua manutenção ao longo da exploração e após o encerramento.

O projeto envolve consumos significativos de água, drenagens mineiras e produção de águas potencialmente contaminadas, concentrando a gestão destes fluxos em infraestruturas já utilizadas pela mina C-9. A crescente ocupação da BE-BAC suscita dúvidas sobre a capacidade futura de gestão de rejeitados e dos riscos associados.

Persistem lacunas relativas ao balanço hídrico integrado, à capacidade e segurança das infraestruturas de resíduos, à compatibilidade geoquímica dos rejeitados, à robustez do modelo hidrogeológico e às garantias de gestão e financiamento do pós-encerramento.

O projeto afeta áreas relevantes de RAN, REN e zonas associadas a linhas de água. As operações mineiras irão provocar perda de funções do solo, aumento da erosão e alterações geomorfológicas significativas, cujos efeitos não são integralmente reversíveis através das medidas de recuperação.

No que se refere à qualidade do ar embora o contributo individual da C-14 para as emissões atmosféricas seja apresentado como reduzido, a avaliação deve considerar os níveis totais de exposição acumulada. A monitorização contínua de partículas e metais é essencial, acompanhada por mecanismos de resposta rápida quando se verificarem excedências.

A exploração implicará consumos energéticos significativos, associados a equipamentos, ventilação, bombagem e transporte. Torna-se necessário um inventário consolidado das emissões de gases com efeito de estufa e um plano vinculativo para a sua redução ao longo da vida útil do projeto.

A área apresenta elevada suscetibilidade a incêndios rurais e está sujeita a riscos tecnológicos associados à atividade mineira. O plano de emergência deve contemplar cenários de falhas múltiplas, proteção de ecossistemas, recursos hídricos, animais e populações potencialmente afetadas.

A principal vantagem do projeto assenta na utilização de infraestruturas já existentes da mina C-9. Contudo, essa integração também concentra e prolonga pressões ambientais sobre recursos hídricos, instalações de resíduos, rede viária e ecossistemas. Por isso, a avaliação deve focar-se nos efeitos cumulativos reais da operação conjunta C-9/C-14 e não apenas no contributo isolado da nova exploração.

O EIA apresenta várias incertezas e incoerências relevantes que podem afetar a robustez da avaliação ambiental. Entre elas destacam-se a discrepância entre a duração prevista da construção e os cálculos de consumo de água, a inconsistência na área de quercíneas afetada, a informação contraditória sobre o estado da água subterrânea, a ausência de monitorização ecológica apesar do reconhecimento de impactos significativos sobre espécies ameaçadas e a falta de uma solução comprovada para a gestão da capacidade da BE-BAC ao longo de toda a vida útil da exploração e no pós-encerramento. Estas lacunas criam incerteza quanto à dimensão real dos impactos e à eficácia das medidas propostas, devendo ser esclarecidas antes da decisão de licenciamento, uma vez que a pós-avaliação não substitui a informação necessária para determinar a admissibilidade ambiental do projeto.

Na sua exposição a SOS Animal apresenta um conjunto de Elementos adicionais que considera indispensáveis

- **Caracterização ecológica anual completa.** Campanhas multissazonais, com réplicas e métodos dirigidos a aves estepárias e de rapina, reprodução, migração, hibernação, anfíbios, répteis, mamíferos e invertebrados indicadores; cartografia de áreas vitais e corredores.
- **Quirópteros.** Detecção acústica em vários pontos e épocas, prospeção de abrigos e avaliação específica de iluminação, chaminés, poços, ruído e mortalidade.
- **Avaliação de incidências funcional.** Análise fundamentada da conectividade e do uso da área por espécies-alvo da ZPE Castro Verde, considerando deslocamentos para fora da área classificada e impactos cumulativos.
- **Balanço hídrico e geoquímico integrado.** Modelo C-9/C-14 validado, cenários extremos e de falha, ensaios cinéticos, mistura de rejeitados, evolução da drenagem ácida, estabilidade e plano até ao pós-encerramento.
- **Capacidade e alternativa da BE-BAC.** Demonstração de capacidade física, hidráulica e ambiental durante toda a vida útil, com gatilhos vinculativos que impeçam produção sem capacidade segura disponível.
- **Conciliação documental.** Correção dos pressupostos divergentes relativos a cronograma, quercíneas, linha de base hidroquímica, volumes, áreas e horizontes de exploração.
- **Avaliação cumulativa operacional.** Cenário conjunto C-9/C-14 e restantes fontes num raio ecologicamente adequado, incluindo tráfego, ar, ruído, luz, água, resíduos, fragmentação e alterações climáticas.

Identifica ainda um conjunto de condições mínimas caso venha a existir aprovação:

- Plano de Monitorização da Biodiversidade com desenho BACI, início mínimo de um ano antes das obras, indicadores, limiares de ação, fiscalização independente e publicação de dados;
- proibição de desmatção, corte e trabalhos de maior perturbação durante épocas reprodutoras definidas por especialista e confirmadas por prospeção imediatamente anterior;
- micro-localização para evitar árvores, linha de água, habitat reprodutor e corredores; registo georreferenciado e acompanhamento por biólogo durante desmatção;
- compensação de quercíneas baseada na área legalmente reconciliada, com adicionalidade, espécies/proveniências adequadas, manutenção longa, metas de sobrevivência e substituição de mortalidades;
- monitorização contínua de caudais e níveis, controlo frequente de pH, condutividade, sulfatos e metais, com níveis de alerta e paragem;
- proibição de deposição na ITRI de material potencialmente gerador de ácido; verificação por lote e cadeia de custódia;
- garantia financeira suficiente para prevenção, reparação, tratamento de águas e recuperação durante operação e pós-encerramento;
- monitorização de PM10, PM2,5 e metais em recetores sensíveis e medidas automáticas de redução/suspensão;
- plano público de incidentes e reclamações, com notificação, investigação independente, medidas corretivas e resultados acessíveis;
- auditoria ambiental independente periódica à operação conjunta C-9/C-14, incluindo BELI e BE-BAC.

CIDADÃOS

Os principais fundamentos para a oposição ao Projeto da Concessão C-14 "Gavião" apresentados por Cidadãos centram-se nos riscos ambientais associados à exploração mineira e nas incertezas identificadas na respetiva avaliação ambiental. Uma das preocupações mais relevantes relaciona-se com os recursos hídricos, uma vez que a área de implantação se insere numa região onde as massas de água subterrâneas já apresentam um estado químico classificado como "Mau" e as massas de água superficiais se encontram abaixo do objetivo de "Bom" estado ecológico. Neste contexto, a exploração poderá aumentar o risco de drenagem ácida de mina, contaminação por metais pesados, alteração dos aquíferos e agravamento da qualidade da água.

Outro argumento central prende-se com os impactes cumulativos decorrentes da articulação do projeto com a atual mina C-9 de Aljustrel. A nova exploração depende da utilização de infraestruturas já existentes, como a lavaria, a BE-BAC e os sistemas de gestão de águas e resíduos, o que poderá concentrar e prolongar pressões ambientais sobre o território. Por esse motivo, diversos participantes consideram que os impactes não devem ser avaliados isoladamente, mas sim no contexto da operação conjunta das duas concessões.

A perda de biodiversidade constitui igualmente um fundamento relevante de oposição. O projeto implica a destruição ou alteração de habitats naturais, incluindo pastagens, floresta autóctone, olivais e linhas de água, que desempenham funções importantes para várias espécies protegidas. São particularmente valorizadas as preocupações relacionadas com a proximidade da Zona de Proteção Especial de Castro Verde e com os potenciais efeitos sobre aves estepárias ameaçadas, num contexto em que a monitorização ecológica proposta é considerada insuficiente.

Também a afetação de quercíneas protegidas surge como uma das questões mais contestadas. O projeto prevê o abate de centenas de azinheiras e sobreiros, espécies legalmente protegidas e fundamentais para o equilíbrio ecológico da região. Embora estejam previstas medidas compensatórias, é defendido que a plantação de novas árvores não consegue reproduzir, a curto e médio prazo, o valor ecológico, paisagístico e funcional dos povoamentos maduros que serão eliminados.

A ocupação de solos classificados como Reserva Agrícola Nacional e a interferência com áreas da Reserva Ecológica Nacional constituem igualmente motivos de preocupação. A intervenção afeta cerca de 54,7 hectares de solos agrícolas e áreas associadas à recarga de aquíferos e ao controlo da erosão, o que poderá originar perdas permanentes de funções agrícolas, ecológicas e hidrológicas.

Os impactos associados à gestão de resíduos mineiros representam outro argumento frequentemente invocado. A exploração de sulfuretos metálicos produz grandes quantidades de escombros, rejeitados e águas potencialmente contaminadas, existindo receio de que a drenagem ácida de mina possa provocar contaminação persistente dos solos e dos recursos hídricos, inclusivamente após o encerramento da exploração.

As preocupações relacionadas com a saúde pública também assumem relevância. A atividade mineira poderá aumentar as emissões de poeiras e partículas finas, incluindo PM10 e PM2,5, bem como de outros poluentes atmosféricos associados ao processamento e transporte de minério. Várias participações consideram que estes fatores podem contribuir para o agravamento de problemas respiratórios e cardiovasculares nas populações mais próximas.

Acrescem ainda os efeitos associados ao ruído, vibrações, utilização de explosivos e aumento do tráfego de veículos pesados, que poderão afetar a qualidade de vida das populações locais, as atividades agrícolas e os ecossistemas envolventes.

Por fim, muitos contributos destacam a existência de lacunas e incertezas no Estudo de Impacte Ambiental, nomeadamente relativamente à capacidade futura da BE-BAC, à caracterização dos recursos hídricos, à insuficiência das campanhas de flora e fauna, à ausência de programas específicos de monitorização ecológica e à avaliação dos impactes cumulativos e de longo prazo. Paralelamente, é defendido que os benefícios económicos previstos, embora relevantes, não foram demonstrados de forma suficientemente clara e quantificada para compensar os impactes ambientais permanentes identificados.

Em Conclusão: a oposição ao projeto assenta fundamentalmente no risco de degradação dos recursos hídricos, na perda de habitats e biodiversidade, na afetação de azinheiras e sobreiros protegidos, nos impactes cumulativos resultantes da articulação com a mina C-9, nas preocupações relacionadas com a saúde pública e na existência de incertezas significativas na avaliação ambiental, consideradas incompatíveis com uma demonstração inequívoca da viabilidade ambiental do projeto.



Os Originais das exposições, apresentadas durante o período de Consulta Pública, encontram-se arquivadas no processo administrativo da Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).